

- b) Requerer vistoria e assistência ao GACIM quando o edifício, ou partes autónomas, apresentem problemas de instabilidade física;
- c) Proceder a beneficiações necessárias no edifício, quando para tal sejam notificados pelo GACIM;
- d) Proceder a obras de reabilitação, de restauro de edifícios, ou partes destes sempre que estiverem ameaçados de ruína ou causarem perigo à segurança e saúde públicas;
- e) Cumprir as decisões de modo a garantir o respeito e o equilíbrio arquitectónico do património edificado da Ilha de Moçambique.

ARTIGO 14

Ocupação dos espaços públicos

1. A ocupação duradoura e permanente dos espaços públicos, nomeadamente com toldos, alpendres, vitrinas e guarda-ventos, carece de uma autorização das autoridades municipais, sob o parecer favorável do GACIM.

2. A autorização é renovada anualmente, desde que tais instalações não prejudiquem as condições estéticas do local, o trânsito automóvel ou de peões.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

ARTIGO 15

Controlo e gestão do património edificado

1. A gestão do património edificado da Ilha de Moçambique é assegurada pelo GACIM, que o faz de acordo com a legislação nacional e Convenções Internacionais de que o país é parte.

2. Todos os contratos de arrendamento de edifícios classificados e em vias de classificação devem transitar, no prazo de doze meses, a partir da entrada em vigor do presente Estatuto Específico, para o controlo do GACIM, que fará a sua gestão de acordo com as exigências próprias de um Património Mundial.

ARTIGO 16

Supervisão e fiscalização

1. A supervisão e fiscalização das actividades previstas nos programas de conservação, restauro e protecção do património Cultural da Ilha de Moçambique são feitas pelo GACIM.

ARTIGO 17

Regulamentação

1. O Ministro da Educação e Cultura aprovará os regulamentos necessários a aplicação do presente Estatuto Específico.

Anexo**Glossário**

- a) *Alinhamento* – linha que define a implantação das construções;
- b) *Anexo* – edifício ou parte deste, referenciando uma construção principal, com uma função complementar e entrada autónoma pelo logradouro ou espaço público. Não possui título de propriedade autónomo, nem constitui unidade funcional;
- c) *Cave* – espaço enterrado ou semi-enterrado coberto por laje, em que as diferenças entre a cota do plano inferior dessa laje e as cotas do espaço público mais próximo sejam iguais ou inferiores a 30 cm, no ponto médio da fachada principal do edifício;

- d) *Conservação* – obra que se destina a manter um imóvel sem qualquer modificação dos seus elementos estruturais, acabamentos exteriores, compartimentação interna e respectiva utilização;
- e) *Construção nova* – obra realizada em terreno livre, correspondendo a, pelo menos, uma unidade fundamental autónoma;
- f) *Logradouro* – espaço não coberto pertencente a um lote. A sua área é igual à do lote, deduzida a superfície de implantação dos edifícios nele existentes;
- g) *Lote* – terreno correspondente à totalidade de um prédio urbano legalmente constituído, e/ou previsto em loteamento aprovado;
- h) *Número de pisos* – número de pavimentos sobrepostos, com excepção dos desvãos e caves.
- i) *Reconstrução* – construção nova após a demolição do edifício pré-existente;
- j) *Restauro* – obra de conservação e/ou alteração destinada à valorização de elementos estruturais e decorativos de um imóvel, independentemente da época ou épocas em que tenha sido construído;
- k) *Unidade funcional* – cada um dos espaços autónomos de um edifício associado a uma determinada utilização;
- l) *Utilização ou uso* – funções ou actividades específicas e autónomas que se desenvolvem num edifício.

Decreto n.º 28/2006

de 13 de Julho

Havendo necessidade de assegurar a conservação, preservação e restauro do património cultural mundial da Ilha de Moçambique e sua divulgação no plano nacional e internacional, bem como de estabelecimento de regras que definam a sua organização e funcionamento, o Conselho de Ministros, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, decreta:

ARTIGO 1

Criação e Natureza

- 1. É criado o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, abreviadamente designado por GACIM, com sede na Ilha de Moçambique.
- 2. O GACIM é uma instituição pública, com personalidade jurídica e é dotado de autonomia administrativa.
- 3. O GACIM subordina-se ao Ministério da Educação e Cultura.

ARTIGO 2

Áreas de actividade

São áreas de actividade do GACIM:

- a) Protecção arquitectónica, histórica e arqueológica;
- b) Protecção ambiental e turismo cultural;
- c) Apoio técnico e capacitação institucional.

ARTIGO 3

Atribuições

São atribuições do GACIM:

- a) Planificação, coordenação e orientação da actividade de pesquisa, protecção, conservação e restauro do património edificado, histórico e arqueológico da Ilha de Moçambique;

- b) Protecção do meio natural da Ilha de Moçambique e área circundante;
- c) Promoção do desenvolvimento do turismo cultural.

ARTIGO 4

Aprovação

É aprovado o Estatuto Orgânico do GACIM, em anexo ao presente Decreto, e que dele faz parte integrante.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 27 de Junho de 2006.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, *Lúsa Dias Diogo*.

Estatuto Orgânico do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique

CAPÍTULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1

Definição e natureza

1. O Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, abreviadamente designado por GACIM é uma instituição pública ao serviço da preservação do património cultural e natural da Ilha de Moçambique.

2. O GACIM presta assessoria técnica na implementação do Programa de Desenvolvimento Humano Sustentável e Conservação Integrada da Ilha de Moçambique.

3. O GACIM tem a sua sede na Ilha de Moçambique.

ARTIGO 2

Atribuições

O GACIM tem como atribuições:

- a) Planificação, coordenação e orientação da actividade de pesquisa, protecção, conservação e restauro do património edificado, histórico e arqueológico da Ilha de Moçambique;
- b) Protecção do meio natural da Ilha de Moçambique e área circundante;
- c) Promoção do desenvolvimento do turismo cultural.

ARTIGO 3

Competências

Compete ao GACIM:

- a) Promover e planificar a actividade de pesquisa científica sobre a Ilha de Moçambique;
- b) Analisar, avaliar e autorizar os projectos de novas construções;
- c) Analisar, avaliar e dar parecer sobre os projectos de conservação e restauro de edifícios classificados ou em vias de classificação;
- d) Propor programas de conservação e reabilitação de edifícios classificados;
- e) Promover o conhecimento e respeito pelas leis e princípios nacionais e internacionais sobre preservação e conservação do património edificado;

- f) Prestar assistência técnica e orientar as actividades inerentes à pesquisa, preservação e valorização do património da Ilha no seu todo;
- g) Orientar as entidades especializadas na supervisão, fiscalização e inspecção das actividades de pesquisa subaquática, bem como no restauro de bens móveis e imóveis da Ilha;
- h) Promover programas educativos sobre património cultural e meio ambiente da Ilha;
- i) Organizar um arquivo de informação sobre o património da Ilha, através da criação de um banco de dados informatizado ou de outro tipo;
- j) Promover o turismo cultural;
- k) Promover assessoria e parceria para assistência e apoio técnicos aos projectos de conservação, reabilitação e desenvolvimento sustentável da Ilha;
- l) Gerir contratos de arrendamento dos edifícios classificados ou em vias de classificação.

ARTIGO 4

Receitas

As receitas resultantes da aplicação da alínea l) do artigo anterior revertem a favor do GACIM, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO II

Estrutura Orgânica

SECÇÃO I

Estruturas

ARTIGO 5

Órgãos

No GACIM funcionam os seguintes órgãos:

- a) Direcção;
- b) Departamento de Protecção Architectónica, Histórica e Arqueológica ;
- c) Departamento de Protecção Ambiental e Turismo Cultural;
- d) Repartição de Administração e Finanças.

ARTIGO 6

Departamento de Protecção Architectónica, Histórica e Arqueológica

São funções do Departamento de Protecção Architectónica, Histórica e Arqueológica:

- a) Propor a classificação do património edificado da Ilha;
- b) Organizar os processos do património edificado da Ilha num banco de dados informatizado;
- c) Inspeccionar obras de construção, reabilitação e restauro em curso na Ilha;
- d) Actualizar manuais sobre materiais e técnicas de conservação e restauro do património cultural móvel e imóvel;
- e) Apoiar e assessorar os proprietários, depositários e usufrutuários dos edifícios classificados ou em vias de classificação sobre técnicas e materiais recomendáveis no restauro de bens culturais imóveis;
- f) Elaborar pareceres sobre propostas de reabilitação de imóveis classificados ou em vias de classificação;

- g) Planificar e promover exposições didácticas e seminários sobre técnicas de construção, conservação e restauro do património cultural móvel e imóvel;
- h) Documentar objectos de interesse arquitectónico, histórico e arqueológico;
- i) Promover a pesquisa do património histórico e arqueológico e propôr normas para a sua conservação e divulgação;
- j) Dar parecer sobre projectos de pesquisa do património cultural e colaborar na sua fiscalização;
- k) Gerir o estaleiro do GACIM e orientar os programas do seu funcionamento.

ARTIGO 7

Departamento de Protecção Ambiental e Turismo Cultural

São funções do Departamento de Protecção Ambiental e Turismo Cultural:

- a) Apoiar projectos de melhoramento da limpeza e saneamento na Ilha, através de acções de capacitação e gestão ambiental, com vista a promoção do turismo cultural;
- b) Contribuir, através do Centro de Informação Turística e de outras iniciativas, para o acesso ao conhecimento público, do potencial patrimonial da Ilha de Moçambique, representado pelos museus, monumentos e manifestações culturais;
- c) Incentivar iniciativas, visando a criação e desenvolvimento da indústria hoteleira e de diversão;
- d) Garantir a geração de receitas provenientes do turismo cultural, para a conservação e divulgação do património cultural e natural;
- e) Contribuir para a promoção local do emprego, através dos serviços prestados na área do turismo cultural;
- f) Assessorar o programa de funcionamento do Centro de Informação Turística da Ilha de Moçambique.

ARTIGO 8

Repartição de Administração e Finanças

São funções da Repartição de Administração e Finanças:

- a) Gerir os recursos humanos, materiais e financeiros do GACIM;
- b) Elaborar e executar os planos e orçamentos do GACIM;
- c) Proceder a aquisição de equipamentos e materiais de trabalho, e zelar pela sua utilização, preservação, conservação e manutenção;
- d) Realizar o inventário do património e meios materiais do GACIM;
- e) Elaborar relatórios de prestação de contas sobre a situação financeira do GACIM e propôr as medidas de ajustamento que se imponham;
- f) Assegurar a circulação do expediente e arquivar a documentação administrativa da instituição;
- g) Assegurar o serviço protocolar e de relações públicas do GACIM.

SECÇÃO II

Competências das Estruturas

ARTIGO 9

Director

1. O GACIM é dirigido por um Director, nomeado pelo Ministro da Educação e Cultura.

2. Compete ao Director do GACIM:

- a) Dirigir as actividades do GACIM;
- b) Aplicar e fazer aplicar o Estatuto Geral dos Funcionários do Estado e outra legislação em vigor;
- c) Assegurar a elaboração de programas e projectos de pesquisa, protecção, conservação e restauro do património edificado, histórico e arqueológico da Ilha;
- d) Propor, para aprovação, ao Ministro da Educação e Cultura os planos anuais de actividade do GACIM;
- e) Criar grupos especializados de trabalho para analisar e avaliar propostas de novas construções, projectos de conservação e restauro do património edificado, bem como de desenvolvimento ambiental e de turismo cultural na Ilha;
- f) Elaborar e apresentar ao Ministro da Educação e Cultura relatórios anuais de actividade do GACIM;
- g) Assegurar a criação e actualização de um banco de dados sobre estatística, inventário e estado de conservação do património arquitectónico, histórico e arqueológico da Ilha;
- h) Propor critérios para a definição de prioridades nas acções de conservação, protecção, restauro e utilização do património arquitectónico da Ilha;
- i) Promover a elaboração de estudos com vista a mitigar os problemas ambientais que afectam o património cultural e o desenvolvimento económico e social da Ilha;
- j) Promover e incentivar a participação do sector privado e da sociedade civil, através de iniciativas conducentes à protecção, conservação e restauro do património cultural e do seu meio ambiente;
- k) Promover iniciativas visando a angariação de parcerias para apoio financeiro e técnico aos projectos do GACIM;
- l) Representar o GACIM em momentos e matérias da competência deste;
- m) Exercer os poderes que lhe forem atribuídos por lei, ou delegados pelo Ministro da Educação e Cultura, no plano nacional e internacional.

CAPÍTULO III

Colectivos

ARTIGO 10

Colectivos

No GACIM funcionam os seguintes colectivos:

1. Colectivo de Direcção;
2. Comissão Técnica.

ARTIGO 11

Colectivo de Direcção

1. O Colectivo de Direcção é convocado e presidido pelo Director do GACIM;
2. O Colectivo de Direcção reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que se verificar necessário, ou a pedido da maioria dos seus membros.

ARTIGO 12

Composição do Colectivo de Direcção

1. O Colectivo de Direcção do GACIM é composto por:
 - a) Director do GACIM;
 - b) Chefes de Departamento;
 - c) Chefe de Repartição.
2. Podem ser convidados pelo Director do GACIM a participar no Colectivo de Direcção outros técnicos.

ARTIGO 13

Competência do Colectivo de Direcção

Compete ao Colectivo de Direcção do GACIM:

- a) Assessorar o Director na definição e execução de planos e programas do GACIM;
- b) Propôr medidas de aperfeiçoamento e desenvolvimento das actividades do GACIM;
- c) Pronunciar-se sobre o orçamento e relatórios das actividades do GACIM;
- d) Emitir pareceres sobre assuntos que lhe forem solicitados.

ARTIGO 14

Comissão Técnica

1. A Comissão Técnica é um órgão de consulta e de coordenação entre os intervenientes das acções em curso na Ilha de Moçambique;
2. As sessões da Comissão Técnica são convocadas e presididas pelo Director do GACIM;
3. A Comissão Técnica reúne-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que se julgar necessário ou por proposta de um terço dos seus membros e sob convocação do Director do GACIM.

ARTIGO 15

Composição da Comissão Técnica

1. A Comissão Técnica do GACIM é composta por:
 - a) Director do GACIM;
 - b) Chefes de Departamento do GACIM;
 - c) Director dos Museus da Ilha de Moçambique;
 - d) Um representante do Estado;
 - e) Um representante do Conselho Municipal da Ilha de Moçambique;
 - f) Um representante da sociedade civil da Ilha de Moçambique;
 - g) Um representante da UNESCO na Ilha de Moçambique.
2. O Director do GACIM pode convidar outras personalidades para as reuniões da Comissão Técnica em função da agenda.

ARTIGO 16

Competências da Comissão Técnica

Compete à Comissão Técnica do GACIM:

- a) Aconselhar o GACIM sobre o conteúdo dos programas de conservação do património cultural e natural da Ilha;
- b) Contribuir para uma informação actualizada do decurso dos programas e projectos de conservação da Ilha, sob tutela dos vários intervenientes;
- c) Propôr medidas apropriadas para uma melhor coordenação das actividades e articulação entre os intervenientes.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

ARTIGO 17

Pessoal

Ao pessoal do GACIM é aplicado o Estatuto Geral dos Funcionários do Estado (EGFE).

ARTIGO 18

Coordenação e articulação

1. O GACIM coordena a sua actividade, a nível local, com o Governo Distrital, Município da Ilha de Moçambique e demais instituições;
2. A nível provincial, o GACIM coordena a sua actividade com a Direcção Provincial da Educação e Cultura de Nampula;
3. A nível da execução, o GACIM articula-se com entidades das áreas específicas de intervenção do Governo e parceiros internacionais.

ARTIGO 19

Regulamento interno

Compete ao Ministro da Educação e Cultura aprovar o Regulamento Interno do GACIM, no prazo de 90 dias, a contar da data da publicação do presente Estatuto Orgânico.

Resolução n.º 31/2006

de 13 de Julho

Tornando-se necessário nomear a Autoridade Central para Assistência Jurídica e Judiciária Recíproca de acordo com o estabelecido no n.º 13 do artigo 18 da Convenção das Nações Unidas sobre o Crime Organizado Transnacional, ratificada pelo Conselho de Ministros, ao abrigo da Resolução n.º 86/2002, de 11 de Dezembro, nos termos do n.º 1 do artigo 203 da Constituição da República, o Conselho de Ministros determina:

1. É designado o Ministro da Justiça da República de Moçambique, Autoridade Central para a Assistência Jurídica e Judiciária Recíproca.
2. A Autoridade Central, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 18 da Convenção das Nações Unidas sobre o Crime Organizado Transnacional, tem competência para os seguintes actos de cooperação jurídica e judiciária:
 - a) Recolha de testemunhos ou depoimentos;
 - b) Notificação de actos judiciais;
 - c) Efectivação de buscas, apreensões e embargos;
 - d) Exame de objectos e locais;
 - e) Fornecimento de informações, elementos de prova e pareceres de peritos;
 - f) Fornecimento de originais ou cópias certificadas de documentos e processos pertinentes, incluindo documentos administrativos, bancários, financeiros ou comerciais e documentos de empresa;
 - g) Identificação ou localização de produtos de crime, bens, instrumentos ou outros elementos para fins probatórios;
 - h) Facilitação da comparência voluntária de pessoas no Estado Parte requerente;
 - i) Prestar qualquer outro tipo de assistência compatível com o direito interno do Estado Parte requerido.